



Rio de Janeiro

X A MASSA INCONTROLÁVEL

Protestos Os atos se multiplicam em escala imprevisível, assim como as tentativas de manipulação dos rebelados. A insatisfação difusa dos jovens desafia os governos e os partidos

por ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS

FOTOS: FABIO MOTA/ESTADÃO CONTEÚDO E CHRISTOPHE SIMON/AFP

ESQUERDISTAS utópicos e ingênuos. Radicais agressivos e violentos. Desde o início de junho, não faltaram rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil. Boa parte dos que outrora vociferaram contra os protestos agora celebra as manifestações. Alguns dos críticos, por tardia conscientização ou oportunismo político, passaram a acenar à distância com simpatia ou a engrossar o caldo. O êxito dos jovens rebelados é inegável. Dezenas de municípios revogaram o reajuste ou diminuíram o valor das passagens de ônibus. Os dois maiores focos de resistência, São Paulo e Rio de Janeiro, cederam aos apelos das ruas na quarta-feira 19.

A capitulação das metrópoles parece, porém, incapaz de satisfazer o apetite da moçada. “A tarifa baixou, mas decidimos manter o ato programado para quinta-feira 20.

Tínhamos de celebrar as recentes conquistas, apoiar o movimento de outras cidades e prestar solidariedade aos presos, detidos ou processados”, explicou Caio Martins, de 19 anos, estudante de História na USP e integrante do MPL paulista. Poucos se arriscam a um prognóstico seguro sobre o fim da mobilização nas ruas. Enquanto a vitória era celebrada pelos paulistanos, ruidosas manifestações se multiplicaram por mais de 80 cidades, entre elas 20 capitais.

Passada a turbulenta gestação, todos parecem interessados em abraçar o bebê e carregá-lo em seu colo. Os integrantes do MPL apresentam-se como apartidários, mas não antipartidários. São militantes de esquerda, dizem, irritados com os “parasitas” interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras, da redução de impostos ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O MPL mantém, porém, o discurso da unidade em torno da questão do transporte público. “Cada grupo carrega

suas reivindicações. Mas o que nos une é a bandeira da redução das tarifas”, avalia o estudante Matheus Preis, uma das principais lideranças, embora não se reconheça como tal, dado o caráter horizontal do movimento criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial. “Na segunda-feira 17, havia muitos manifestantes com perfil diretista e nacionalista. Mas no dia seguinte isso perdeu a força, notou?”, pergunta, não tão seguro.

A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatizações ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas. Punks e anarquistas hostilizaram manifestantes com bandeiras do Brasil. “Tá fazendo o que aqui, nacionalista imbecil?” Pelo Facebook, grupos à esquerda tentavam separar o joio do trigo: “MPL, sim. Direitas Já, não”. Na contramão, boa parcela daqueles que pregavam o “fechamento do Congresso” e a rejeição aos “políticos corruptos” tentou retirar à força as

Reportagem de capa

bandeiras de partidos presentes no ato, até mesmo daqueles sem relação com o governo federal e essenciais para o sucesso inicial das manifestações, como PSTU, PSOL e PCO. “Oportunistas! Vão pra Cuba, pra Venezuela”, berram os reações de plantão. A multiplicação de demandas diferentes, várias delas contraditórias, e a adesão de manifestantes de primeira hora provocaram um caos ideológico e tendem a implodir a mobilização popular.

Militantes petistas também enfrentam antipatias. “O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira, mas arrancar à força é uma atitude fascista”, queixou-se

Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT, após ser hostilizado no Largo da Batata, em São Paulo, na segunda 17. No dia seguinte, a cena repetiu-se na Praça da Sé contra outros militantes de esquerda. As portas de vidro da sede nacional da legenda, no centro de São Paulo, não passaram incólumes. Na quinta 20, integrantes da agremiação convocados para uma espécie de “onda vermelha” foram vaiados na Avenida Paulista. Em parte, a reação negativa deve-se à postura vacilante do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e às intervenções inapropriadas do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Antes de embarcar para Paris, na segunda 10, em viagem oficial na companhia do governador tucano Geraldo Alckmin, Haddad justificou a repressão policial contra o “vandalismo” dos manifestantes pela necessidade de “manter as vias expressas desimpedidas”. Cardozo, por sua vez, pediu na quarta-feira 12 para a Polícia Federal acompanhar os protestos e deu a entender que tropas federais estavam disponíveis para auxiliar na repressão. Fez o jogo da oposição: colocou o governo federal no bolo dos protestos. Dias depois, tanto Haddad quanto Cardozo condenaram sem muita convicção os abusos cometidos

Brasília



Salvador



Maceió



Porto Alegre



Belo Horizonte

São Paulo



pela PM na capital paulista, mas o estrago estava feito. Além disso, a direção nacional do PT tardou a convocar seus militantes para aderir aos protestos.

Só na noite da quarta, após Haddad suspender o reajuste nas tarifas, o presidente da legenda, Rui Falcão, convocou os militantes a se unirem aos atos. “O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou em entrevista a *CartaCapital* (quadro à pág. 29). Evidente, porém, o temor de que as pautas da oposição se sobressaíam. Segundo Falcão, desde o início a Juventude do PT estava presente, assim como militantes de outras alas da sigla. Mas tratava-se de uma participação tímida, envergonhada, sem o respaldo de instâncias superiores. “Foi um erro inaceitável endossar o discurso da repressão. Um governo de esquerda eleito com a confiança do povo jamais

poderia criminalizar quem protestava”, diz o petista Alexandre Linhares, de 33 anos.

Parece pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeito neste momento. No início, o MPL tinha dificuldades para reunir mais de 5 mil manifestantes na capital paulista. Na segunda 17, havia mais de 65 mil, segundo a conservadora estimativa do Datafolha. Ao atrair jovens de classe média escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados. Se antes os manifestantes eram retratados indistintamente como “vândalos” e os editoriais clamavam pela repressão da PM, a mídia passou a tratar os casos de depredação de forma mais isenta: fatos isolados, causados por pequenos grupos. Nem por isso caiu nas graças dos manifestantes. Ao contrário, repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo

FOTOS: GIVALDO BARROS/SAG; O GLOBO; RICARDO CARDOSO/FRAME/ESTADÃO CONTEÚDO; ITAMI ALBUQUERQUE/RAPRES/ESTADÃO CONTEÚDO; MARCIO FERNANDES/ESTADÃO CONTEÚDO; ALEXANDRE REZENDE/ESTADÃO CONTEÚDO E WESLEY SANTOS/ESTADÃO CONTEÚDO



Acuados. Alckmin, Haddad e Paes tentam conter os danos. Hoffmann afasta Dilma dos movimentos sociais

para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é, por sinal, um dos principais alvos dos manifestantes.

Sem qualquer recalque, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Benedito Roberto Meira, sugeriu aos representantes do MPL a inclusão na pauta do pedido de prisão dos condenados no processo do "mensalão". Acabou convocado pela Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre a tentativa de politização dos atos. Administrações de todos os partidos tentam conter os danos causados à própria imagem. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, os governos estaduais estão na defensiva após os espetáculos de truculência e despreparo das suas polícias.

A violenta ofensiva da Polícia Militar de Alckmin, na quinta 13, foi o estopim para os protestos ganharem a dimensão atual. A ação resultou em centenas de feridos e detidos. Jornalistas acabaram atingidos por fragmentos de bombas e balas de borracha, entre eles uma cinegrafista e um fotógrafo, feridos no rosto. A comoção popular diante da repressão multiplicou por dez o número de manifestantes. E o governador viu-se obrigado a abolir as balas de borracha e

retirar a Tropa de Choque das ruas.

No Rio, Sérgio Cabral viu-se constrangido diante do despreparo de policiais a disparar com fuzis para o alto na tentativa de repelir manifestantes que deprestavam o prédio da Assembleia Legislativa fluminense na segunda 17. Os excessos da PM também ficaram evidentes no en-

NAS RUAS, GRUPOS HOSTILIZAM PARTIDOS E O MPL SE QUEIXA DA DIREITA QUE "PARASITA" SUA PAUTA

torno do Mineirão, em Belo Horizonte, e do Castelão, em Fortaleza. Antonio Anastasia e Cid Gomes se justificaram: zonas de segurança por causa da Copa das Confederações, os estádios não poderiam receber manifestações no entorno.

O perfil apartidário de boa parte dos jovens e o caráter difuso das reivindicações intrigam governantes e analistas. "Muitos deles rejeitam as formas tradicionais de organização política e expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir", afirma Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia da USP. "Por não ter uma pauta de reivindicações muito clara, podem não conseguir muita coisa além de expressar esse

descontentamento. Na Espanha, os jovens indignados tinham um perfil semelhante, eles não se sentiam representados por nenhum partido. E o que ocorreu depois? A eleição do Partido Popular, de direita e franquista, que aprofundou ainda mais as políticas de austeridade econômica."

Coautora de um livro sobre a I Conferência Nacional da Juventude (2008), a socióloga Miriam Abramovay acredita que os "20 centavos" despertaram reivindicações "escondidas". Para ela, estabilidade econômica e consumo em alta amorteceram o ânimo dos jovens nos últimos anos, mas já deixaram de encobrir defeitos nacionais: transporte coletivo caro, educação e saúde públicas de baixa qualidade, violência. Segundo a primeira pesquisa Vox Populi/*CartaCapital*, divulgada nesta edição, os assuntos prioritários da campanha presidencial de 2014 devem ser, por ordem, saúde, educação e segurança.

Além de incompleto, diz a socióloga, o avanço material não foi acompanhado de debates típicos da juventude. Aborto, casamento gay, descriminalização da maconha, por exemplo, são discutidos em outros países, mas aqui são tabus. Nos livros sobre as duas conferências da juventude (a outra foi em 2011), vê-se que ao menos um terço dos participantes apoiava liberar maconha e aborto. E que mais da metade defendia a união gay. "Quem estuda a juventude se perguntava quando ela voltaria a se apaixonar pela política. Voltou. E isso é muito importante para as eleições do próximo ano. As plataformas políticas vão mudar."

Silenciosos no início dos protestos, expoentes da política mudaram de atitude. Expuseram-se conforme seus planos e necessidades. Foi assim com Dilma Rousseff, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves. Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma elogiou em nota os protestos pacíficos. Legítimos e próprios da democracia, afirmou. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. Disse que o Brasil tinha acordado "mais forte" e que era bom ver a defesa por um país melhor. "O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social." Com "mobilização" no sangue sindicalista, Lula afirmou, no mesmo dia, que ninguém pode ser contra manifestações: "A democracia não é um pacto de silêncio".

Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de fundação do PSDB, FHC mirrou no PT. Para ele, é importante os jovens expressarem suas vontades, mesmo sem saber ao certo aonde querem chegar. "É claro que, a partir daí, os que são responsáveis, que estão no governo, têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam." No mesmo evento, Aécio falou em linha com as pesquisas e a tática de usar a inflação de forma eleitoral. "O custo de vida aumenta a cada dia. A saúde, a educação e a segurança pública estão caóticas." A tal insatisfação "difusa", apontada em boa parte das análises de intelectuais e políticos sobre os protestos, pode ser traduzida como a rejeição a "tudo isso que está aí". Por isso, embora não tenham sido o alvo do núcleo das manifestações, o governo federal e o PT se sentiram acuados e tentaram reagir. Há dez anos no poder, o petismo é o símbolo de "tudo isso que está aí" para uma parcela dos jovens, eleitores para quem "pragmatismo" e "guerra contra o PSDB" não justificam Dilma ter como

FOTOS: FILIPE BARÃO/QUESTÃO DE CONTEÚDO, ERBS, JEFFREY MASTRO/QUESTÃO DE CONTEÚDO, ANDRÉ DE A. P. PRESSE, TIAGO QUEIROZ/QUESTÃO DE CONTEÚDO



Rui Falcão, presidente do PT



"Sem medo das ruas"

Na quarta 19, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, publicou uma nota em que convoca a militância petista a aderir aos protestos. A seguir, ele explica as razões. A íntegra pode ser lida em www.cartacapital.com.br.

CC: Por que o PT decidiu convocar a militância para as ruas?

Rui Falcão: O PT já participava das manifestações desde o início por meio da sua juventude. Só que a repressão policial em São Paulo, na quinta-feira 13, fez com que houvesse uma adesão maior aos protestos, e o partido agora procura orientar a militância a prestar solidariedade. Ao mesmo tempo não podemos permitir que o movimento possa ser capturado por pautas criadas pela direita, pautas artificiais induzidas por uma certa mídia.

CC: Mas só agora, após três semanas de protestos?

RF: Havia certa resistência, no início, à ostentação de bandeiras partidárias. Defendemos a autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos, aos estados e aos governos. Não queríamos passar uma ideia de aparelhamento. Agora o cenário é outro, há liberdade para a participação de todos.

CC: Como o senhor avalia esse movimento?

RF: Como tenho dito, o PT não tem

medo de povo nas ruas. Isso é um sinal muito claro de dois fenômenos. Primeiro, o fortalecimento da democracia no nosso país.

Segundo, resultado também de várias conquistas que a população pôde assegurar nesse período, graças aos governos Lula e Dilma, e essas conquistas fazem com que surjam novas demandas.

CC: O governo federal tem sido duramente criticado nas ruas por suas alianças com partidos conservadores, pelo recuo em pautas como a regulamentação da mídia ou a demarcação de terras indígenas, pelo distanciamento dos movimentos sociais...

RF: O partido tem uma posição clara de defesa da regulamentação da mídia. O governo tem uma avaliação diferente. É direito dele, o governo não é só do PT. Defendemos a reforma política, uma maneira de ficar menos dependente de certos compromissos. Temos um setorial indígena. Vamos promover agora um seminário para discutir a questão indígena no Brasil e oferecer sugestões para o governo de como conduzir as demarcações.

CC: O PT está sendo engolido por suas alianças?

RF: De forma alguma. Não cedemos em nenhuma questão de princípio, não cedemos em nenhuma questão programática. Não realizamos amplamente o nosso programa, mas isso não significa nem retrocesso nem concessão de princípios.

aliados os senadores Renan Calheiros e José Sarney, o deputado Paulo Maluf e a ruralista Kátia Abreu. Ou ter nomeado ministro o empresário Guilherme Afif, do PSD de Gilberto Kassab e vice-governador de São Paulo, comandado pelo opositorista PSDB. Esse pragmatismo não é obra da presidenta, diga-se. Ela herdou do governo Lula.

Este compensava eventuais prejuízos à sua imagem com um estilo distinto. Lula era irreverente e tentava incorporar polêmicas sociais como o aborto. Criou reservas indígenas. Instituiu a Conferência Nacional LGBT e discursou para os gays na abertura. Sancionou a lei que livrou da prisão pequenos usuários de drogas. Dilma limita-se a discutir temas sociais na seara estritamente econômica. Nunca se reuniu com líderes indígenas ou do movimento gay. Governa com foco total na melhora da infraestrutura do País, iniciativa fundamental, mas sem apelo entre os jovens.

“Nosso governo tem uma visão economicista. Na parte dos usos e costumes, tem ido muito mal. Há uma agenda progressista da sociedade com a qual a presidenta tem de dialogar”, afirma o secretário-geral do PT, deputado Paulo Teixeira. “O jovem brasileiro quer discutir causas polêmicas. A sociedade tem de debatê-las”, diz a presidente da União Nacional dos Estudantes, Virgínia Barros. A omissão do governo em questões sociais facilita o avanço do conservadorismo. A disputa fundiária entre índios e fazendeiros causou recentemente o assassinato de dois índios em Mato Grosso do Sul, durante desocupações de terras ordenadas pelo Judiciário. Em vez de condenar as mortes, o ministro da Justiça limitou-se a defender o cumprimento da ordem judicial.

Em audiência pública no Congresso, a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann,



A oposição é mais confiável que o ministro Cardozo

saiu-se pior: defendeu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) deixe de ter a palavra final na decisão sobre demarcação de terras, em discurso ao gosto dos ruralistas.

Parênteses: a direção de redação de *CartaCapital* permite-se uma breve interferência nesta reportagem. Dilma emitiria um claro sinal de inflexão se trocasse ministros como Cardozo e Hoffmann.

A postura das autoridades do governo anima a ala conservadora do Congresso a discutir uma CPI da Funai e tentar mudar a Constituição para assumir a decisão sobre onde e quando criar reservas indígenas. São ruralistas 27% dos parlamentares, entre eles Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e mais recente aliada do Planalto. As boas relações do governo com os fazendeiros, explicada pela necessidade de produzir alimentos para conter a inflação e gerar dólares de exportação, afasta Dilma dos movimentos sociais. “Infelizmente, o governo vai entrar para a história como o que menos contribuiu para a democratização da propriedade da terra”, diz João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Sem Terra.

É possível que a onda de protestos force o governo a mudar. Ministros estão assustados e pessimistas. Embora as pesquisas continuem amplamente favoráveis, a possibilidade de um segundo turno não pode ser descartada. Isso exigiria uma coesão partidária e social em torno

da presidenta, frágil neste instante. O PT foi para a eleição de 2010 no melhor dos mundos. Lula tinha 85% de aprovação. A economia cresceu 7,5%. Muitos partidos e os movimentos sociais estavam fechados com Dilma. Não havia protestos.

Segundo um integrante do governo, a presidenta entendeu a necessidade de “escutar mais” e o desafio de transformar as insatisfações em políticas públicas. O difícil é descobrir como. O governo e o PT têm experiência no diálogo com movimentos sociais tradicionais, mas não sabem se relacionar com aqueles não institucionalizados. E melhorar os serviços públicos, para Dilma a razão principal dos protestos, não se consegue do dia para a noite.

Outros setores do governo e do PT enxergam uma chance de reaproximação de aliados históricos e de promover uma mudança progressista da gestão, como Lula fez depois da crise do “mensalão”. Um dos ministros mais próximos de Dilma, Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, deixou escapar publicamente, na terça 18, ao comentar os protestos: “É uma insatisfação contra o *status quo*. Isso pode até mesmo nos ajudar a apressar as mudanças que queremos para o País”. Não adianta tentar controlar a rua. É preciso ouvi-la. •

FOTO: MARCELO FONSECA/BRASIL PHOTO PRESS/STADÃO CONTEÚDO



De João Sem Terra a Bakunin

► Enquanto os jovens, embaçados na Constituição, defendiam seus direitos nas ruas, Alckmin e sua PM dos tempos da ditadura mostravam desprezo pelos direitos humanos

O PODER ABSOLUTO de um monarca foi desafiado pela primeira vez em 1215. À época, barões e clérigos, inconformados com o arbítrio do sanguinário João Sem Terra, rebelaram-se e ocuparam Londres. Coube ao arcebispo de Cantuária elaborar a Petição dos Barões, de 49 artigos, imposta ao monarca no campo de Runnymede. Essa declaração de direitos (*bill*) passou a ser chamada Magna Carta e não era aplicável a escravos e estrangeiros. Dela originou-se o liberalismo e restou confirmada, em 1297, pelo rei Eduardo I.

A Magna Carta transmitiu às constituições modernas as liberdades públicas. Neste junho, e referente às liberdades públicas, os cidadãos brasileiros, depois de longo período de conformismos, resolveram sair às ruas e praças para protestar. Tudo começou com o pacífico Movimento Passe Livre e protestos direcionados contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Um protesto estribado numa Constituição. A Carta garante, em cláusula pétrea, a reunião pacífica, “sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido

prévio aviso à autoridade competente”.

O entusiasmo contagiou, e desta vez em praças sem palanques, líderes, políticos profissionais e discursos. Isso mostrou, a exemplo do sucedido no Cairo e em Istambul, a força das redes sociais na conscientização e nas convocações. Enquanto a maioria atuava nos limites constitucionais, coube ao governador paulista, Geraldo Alckmin, revelar, mais uma vez, o seu desprezo à Constituição, aos direitos humanos e às liberdades públicas. O governador colocou a sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar para reprimir as manifestações, não distinguindo os cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria) de pequeno número de violadores de tipos descritos no Código Penal.

Nas democracias verdadeiras, o homem é livre para fazer o que deseja, ressalvado o proibido pela Constituição e pelas leis. E a festejada professora Ada Pellegrini Grinover ensina: “Todas as liberdades são públicas porque a obrigação de respeitá-las é imposta pelo Estado e pressupõe a sua intervenção”. Em vez de assegurar proteção aos manifestantes que se comportavam dentro da legalidade, sem vandalismos, Alckmin aderiu ao doutrinado por Erasmo Dias, de triste memória. A respeito coube ao governador dar sinal verde à militar Tropa de Choque, incumbida de reprimir indiscriminadamente e a usar, imprópria e abusivamente, balas de borracha e bombas. As grandes vítimas foram pacíficos manifestantes e os jornalistas a cobrir os protestos.

Esse tipo de repressão contou com o aval de Fernando Haddad. Só depois da tragédia e da repercussão negativa o prefeito reprovou a violência policial. O comportamento de matriz fascista de Alckmin não

surpreendeu. Em seu currículo de governador tivemos desumanidades e violências abusivas em ações policiais: Cracolândia, bairro do Pinheirinho e campus da USP. Alckmin, que recuou depois de se revelar contra o direito de reunião e de opinião de pessoas pacíficas, deixou escancarado o fato de a sua Polícia Militar não ser educada à legalidade democrática.

Pior, trata-se de uma corporação que não consegue abdicar da cultura adquirida na ditadura militar, quando era força auxiliar na manutenção do regime de exceção e com um general do Exército no seu comando. A respeito dessa impregnada cultura vale lembrar, em São Paulo, o Massacre do Carandiru e a contribuição do constituinte de 88 ao manter a Justiça Militar, numa consagração do corporativismo.

Os protestos com pautas elásticas espalharam-se Brasil afora. Os levantamentos de institutos de pesquisa apontam elevada aprovação da população. Para isso contribuiu a descabida violência policial e o despreparo das forças no campo da inteligência: foram incapazes de recolher informações e identificar *a priori* baderneiros e vândalos. Num país de gatunagens permanentes, tributações e tarifações excessivas, esse quadro reativo aponta para a urgente necessidade de mudanças. E elas só serão alcançáveis com uma Assembleia Constituinte exclusiva.

De se lamentar, ainda, os danos ao patrimônio público e privado. Muitos dos predadores se dizem anarquistas, embora sem conhecer William Godwin, o pai do pensamento anárquico moderno. E eles ainda não se deram conta de substituir nas suas camisetas a figura do revolucionário Guevara pelas faces de Bakunin e Kropotkin. •

colunistas@cartacapital.com.br